

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.825 - SP (2019/0300104-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **MARCOS RODOLFO ARAUJO SA E OUTRO**
ADVOGADOS : **FABIO AUGUSTO RIBEIRO ABY AZAR - SP405864**
: **MARCOS RODOLFO ARAÚJO SÁ - SP409909**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **BRUNO ANDRE SANTOS SAAVEDRA (PRESO)**
PACIENTE : **DIEGO BARRETO DOS SANTOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

HABEAS CORPUS. SENTENÇA. FURTO QUALIFICADO TENTADO. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR NO *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. REGIME INICIAL SEMIABERTO. TRÂNSITO EM JULGADO. DETRAÇÃO PENAL. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA. JUÍZO DA EXECUÇÃO. TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE MANIFESTA. AUSÊNCIA. SÚMULA 691/STF. APLICABILIDADE. *Writ* indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Bruno André Santos Saavedra** e de **Diego Barreto dos Santos**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, porque o relator do *writ* ali impetrado indeferiu o pedido liminar (fls. 38/39 – *Habeas Corpus* n. 2218154-87.2019.8.26.0000), mantendo a sentença, transitada em julgado (fl. 27), prolatada pelo Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da comarca de São Paulo/SP (Foro Central Criminal Barra Funda), que condenou o paciente Diego a 1 ano, 2 meses e 12 dias de reclusão, em regime semiaberto, e a 6 dias-multa, e o paciente Bruno a 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime semiaberto, e a 5 dias-multa (fls. 22/26 – Autos n. 1500790-75.2018.8.26.0228), pela prática do crime de furto qualificado tentado.

Na presente impetração, alega-se constrangimento ilegal consistente na fixação do regime inicial semiaberto.

Sustentam os impetrantes, em síntese, ser *direito que ambos os condenados tenham sua progressão de regime satisfeita para o regime aberto, tendo em vista que uma vez que cumpriram 124 dias presos preventivamente, ambos os condenados já fazem jus a progressão de regime de um sexto, o que impõe, como determina a lei,*

Superior Tribunal de Justiça

regime aberto. Os condenados ao cumprirem cautelarmente 124 dias de prisão cumpriam mais de um sexto da pena, o que é requisito para a progressão e deveria ter sido fixado regime aberto pelo juízo de conhecimento (fl. 6).

Postulam, então, superando-se o entendimento do Enunciado n. 691 da Súmula do STF, a concessão liminar da ordem para que seja fixado regime inicial aberto, ou, subsidiariamente, *a aplicação de uma medida restritiva da liberdade alternativa ao cárcere cautelar (CPP, arts. 319 e 320, com redação dada pela Lei 12.403/2011), de preferência o comparecimento periódico em juízo* (fl. 13).

É o relatório.

Busca a impetração a aplicação do regime inicial aberto, em razão da detração da pena cumprida provisoriamente, ou, subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares, na condenação do paciente Diego a 1 ano, 2 meses e 12 dias de reclusão, em regime semiaberto, e a 6 dias-multa, e do paciente Bruno a 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime semiaberto, e a 5 dias-multa, pela prática do crime de furto qualificado tentado.

Inicialmente, tem-se que o presente *mandamus* foi impetrado contra decisão, do Desembargador relator na Corte local do *habeas corpus* originário, que indeferiu o pedido liminar.

Em tais casos, esta Corte, seguindo o preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, tem entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Precedentes: AgRg no HC n. 512.750/BA, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 11/6/2019; e HC n. 502.349/RJ, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 11/6/2019.

Em seguida, transcreve-se fundamentação da sentença condenatória, em relação às alegações mandamentais (fl. 25):

Fixo a pena-base acima do mínimo, uma vez que há duas qualificadoras do

Superior Tribunal de Justiça

delito, o que torna inegavelmente mais grave o crime praticado. Além disso, Diego ostenta maus antecedentes, além de ser reincidente. A pena será de DOIS ANOS E QUATRO MESES e VINTE E QUATRO MESES DE RECUSÃO E DOZE DIAS MULTA para Diego e de DOIS ANOS E QUATRO MESES DE RECUSÃO E ONZE DIAS MULTA para os demais.

Na segunda fase, existe a reincidência de Diego e Bruno, que se compensa com a confissão parcial dos acusados. Os demais réus também confessaram, ainda que parcialmente, voltando as penas ao patamar original.

Tendo em vista a tentativa e o “iter” percorrido, em que os réus entraram no prédio, subiram as escadas e estavam arrombando a porta do apartamento, sendo surpreendidos pelos policiais na iminência de entrar no apartamento, diminuo a pena da metade, que passará a ser de UM ANO, DOIS MESES E DOZE DIAS DE RECLUSÃO e SEIS DIAS MULTA para Diego, UM ANO E DOIS MESES DE RECLUSÃO E CINCO DIAS MULTA para Bruno e de UM ANO DE RECLUSÃO E CINCO DIAS MULTA para os demais réus.

O regime inicial para cumprimento de pena será o semiaberto para Diego e Bruno, em razão da reincidência e dos maus antecedentes.

Registre-se o trânsito em julgado da sentença condenatória (certidão de fl. 27).

Entretanto, esta Corte de Justiça entende que, noticiado o trânsito em julgado da condenação, cabe ao Juízo das execuções verificar a possibilidade de fixação de regime de cumprimento da pena em regime mais brando, consoante os termos do art. 387, § 2º, do CPP (HC n. 391.812/SP, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 14/3/2018).

No mesmo sentido: [...] nos termos do art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal, o cômputo do tempo de prisão provisória na sentença penal condenatória é restrito à finalidade de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade. O abatimento do tempo de prisão provisória do total da condenação decretada neste processo-crime é providência que competirá ao juízo da execução penal, a qual será levada a efeito após o trânsito em julgado e o início do cumprimento da pena, consoante dicção do art. 66, inciso III, “c”, da Lei n. 7.210/1984 (EDcl no HC n. 476.156/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 26/3/2019).

Então, não verifiquei teratologia ou ilegalidade manifesta na decisão hostilizada, razão pela qual não vislumbrei a necessidade de intervenção prematura deste Superior Tribunal.

Em razão disso, **indefiro liminarmente** o presente writ (art. 210 do RISTJ).

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

